

Comlurb apura rombo de R\$ 500 mil

Auditoria já confirmou desvio de R\$ 250 mil em seis meses; corrupção existiria há 18 meses

Gustavo Miranda

Rodrigo França Taves

BRASÍLIA

Auditoria interna da Companhia municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) comprovou que só em fraudes com notas fiscais frias foram desviados cerca de R\$ 250 mil dos ofres públicos nos últimos seis meses. Focurado pelo GLOBO — que tivera acso às denúncias de desvio de verba po funcionários da empresa —, o diretor jurídico da Comlurb, Darcio Augusto, inormou que, ainda hoje, as notas frias ue comprovam o desvio de dinheiro seão enviadas para a 19ª DP (Tijuca) pa abertura de inquérito policial. O Trunal de Contas do Município e a Controladoria Geral do Município, segundo arcio, também já foram informados da fraude.

O rombo, a julgar pela confissão de um dos fncionários da companhia ao GLOBO, pde chegar a R\$ 500 mil. Segundo o grente da Divisão de Manutenção Predil, Carlos Henrique Carvalho — presteia ser processado e demitido por justa:ausa —, o esquema de corrupção na Comlurb começou há um ano e meio e avolve notas fiscais frias, empresas fantasmas, processos superfaturados de dispensa de licitação, antecipação depagamentos a fornecedores em troca le suborno e uso indiscriminado de verbas públicas.

O escândalo estourou na empresa há dez dias, quando foi aberta auditoria, após a Diretoria Financeira ter descoberto as raudes. Carlos Henrique — apontado como um dos envolvidos e dizendo-se ndignado com as ameaças da diretoria : funcionários inocentes — resolveu confessar seu envolvimento e acusar os demais.

Pelo menos metade da diretoria, incluindo o presidente da companhia, Paulo Carvalho Filho, está envolvida na denúncia: o diretor de Recursos Humanos, Evandro Lobão; o gerente de Obras, Eros Brancati; e o diretor de Administração e Finanças, Reinaldo Pinto de Souza Braga, que atribuiu as acusações a uma vingança pessoal pelo fato de o gerente ter sido demitido tão logo a fraude foi descoberta.

Carlos Henrique disse que cabia a ele conseguir as notas fiscais frias de peças de automóveis e material de construção — itens que, embora nunca chegassem aos estoques da Comlurb, eram pagos com verba do fundo fixo de caixa (usado para despesas até R\$ 1.500).

Segundo gerente, desvio rendia até US\$ 10 mil por semana

No esquema de corrupção, chegaram a ser usadas notas fiscais da Small Farm, uma loja de perfumes que tinha sido de Carlos Henrique mas estava fechada há anos. As notas dessa empresa fantasma se repetiram com frequência por 18 meses, mas Reinaldo Pinto e Evandro Lobão, que assinam periodicamente todos os extratos bancários de pagamentos feitos pela Comlurb, não perceberam qualquer irregularidade.

— No início de 95, Márcio Geraldo, que era gestor do fundo, me perguntou se eu não arrumaria umas notas fiscais para a gente ganhar dinheiro. Ele disse que eu não precisava me preocupar, porque o Reinaldo (diretor financeiro) estava no esquema e abafaria qualquer problema — disse Carlos Henrique.

Segundo o gerente, também foram usadas na fraude notas frias da Cris

Paula, loja de material de construção; da Celgil, firma de pisos e divisórias; e da loja de autopeças Jorge Luís de Carvalho. As empresas recebiam 20% do valor de cada nota falsa. Segundo ele, a fraude rendeu para o grupo cerca de R\$ 500 mil ao longo de um ano e meio.

— Eu recebia o dinheiro na minha conta bancária, trocava nas casas de câmbio e pagava em dólar para o Márcio Geraldo. Ele recebia de US\$ 8 mil a US\$ 10 mil por semana. Mas o esquema era maior: com o tempo, passei a ser usado para apanhar na Praça Varnhagen envelopes com notas de US\$ 100 que um motoqueiro trazia para o Márcio. Só para esconder o pacote no meu carro e entregar a ele depois, ganhava até US\$ 2 mil por vez. Intermediei essa operação seis vezes — diz Carlos Henrique.

Em seu depoimento de duas horas ao GLOBO, o gerente também acusou Márcio Geraldo de pagar adiantado faturas da Paco Pneus, em troca de viagens em companhia da namorada, Regina Nogueira, que também trabalha na Comlurb e foi encarregada da gestão de outro fundo fixo de caixa. Segundo Carlos Henrique, o dinheiro do fundo foi usado até para pagamento de material de uso permanente, como telefones celulares e painéis luminosos, o que a lei proíbe.

O gerente de Obras, Eros Brancati, foi acusado por Carlos Henrique de superfaturar obras da empreiteira Copeng, segundo ele contratada sem licitação pública, e de pagar mais do que os preços de mercado pelas obras do projeto Cooperativa de Catadores, que inclui construções sob os viadutos para os que vivem de recolher papel.

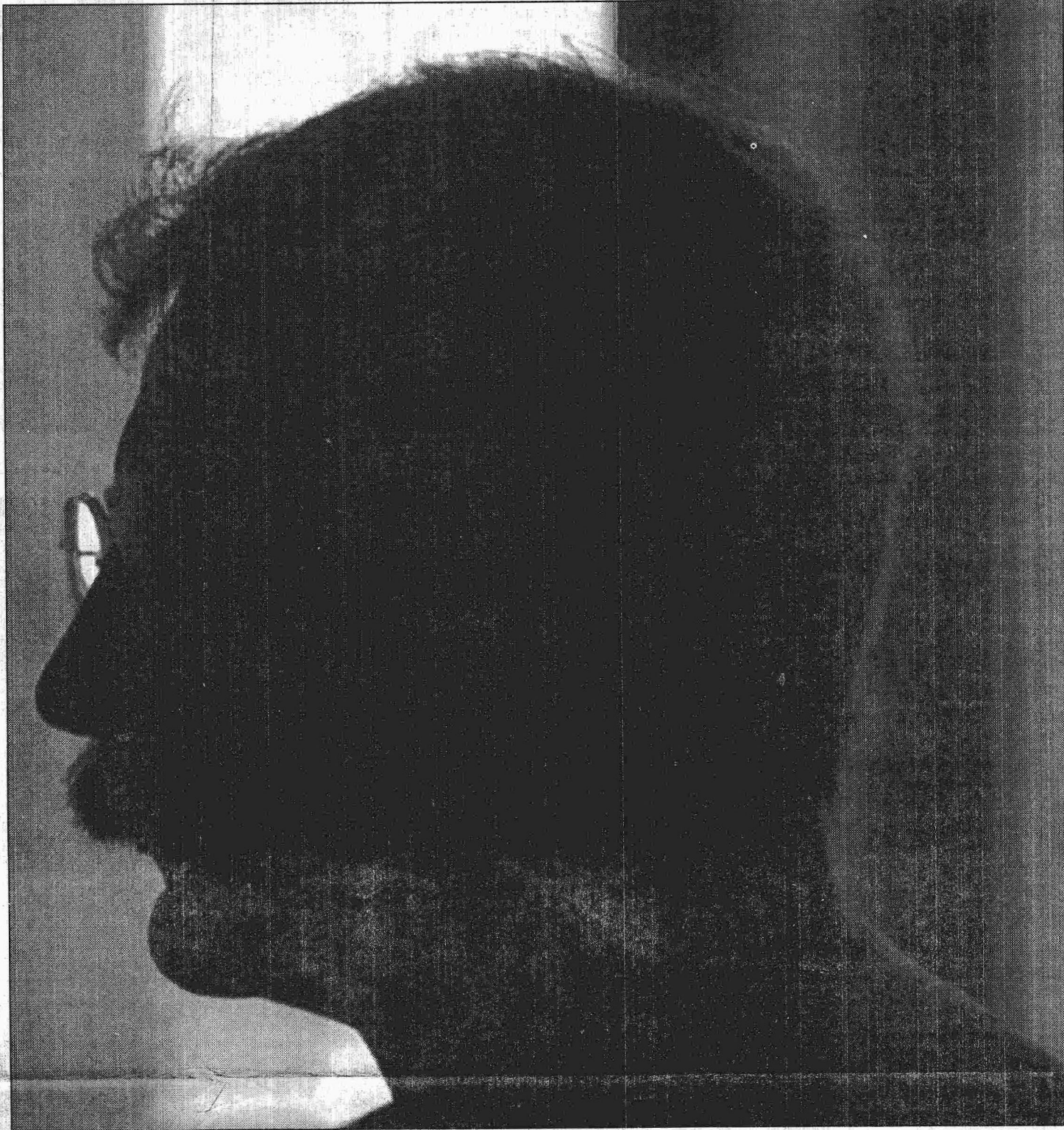
Auditoria ainda vai examinar documentos dos últimos 18 meses

Aberta há dez dias, a auditoria já comprovou o envolvimento de Carlos Henrique Carvalho; de Marco Antônio Ferreira dos Santos (outro assessor da Diretoria de Administração e Finanças); e de Adilson Soares de Oliveira, da Diretoria Financeira. Todos confessaram o crime. Segundo o diretor jurídico da Comlurb, nos documentos recolhidos até agora não há qualquer prova do envolvimento de Márcio Geraldo e de Reinaldo Pinto, mas as investigações vão continuar. Os auditores já estão analisando também os processos de dispensa de licitação para procurar os superfaturamentos denunciados por Carlos Henrique.

O diretor jurídico da Comlurb explicou que, como a quantidade de notas frias é muito grande, só foram analisadas por enquanto as emitidas a partir de outubro de 95, quando Marco Antônio já era o gestor do fundo fixo de caixa e assinava as autorizações. Pela denúncia de Carlos Henrique, os desvios começaram no início de 95.

Segundo o gerente, foi Marco Antônio que substituiu Márcio Geraldo como gestor do fundo fixo, em meados do ano passado, e passou a avalizar as compras fantasmas com notas frias. Os diretores Reinaldo Pinto e Evandro Lobão nunca assinaram os formulários do fundo, embora o primeiro estivesse obrigado a fazê-lo. Suas rubricas só surgem nos extratos de pagamento emitidos pelo Banco Real, em que aparece com frequência anormal o nome da empresa fantasma Small Farm.

— Assumo minha culpa, mas os outros têm de pagar.



CARLOS CARVALHO, que confessou participação na fraude: esquema inclui notas fiscais frias, empresas fantasmas e superfaturamento